

---

## GÊNERO E SEXUALIDADE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: PROVOCANDO DESLOCAMENTOS E INQUIETAÇÕES

---

GENDER AND SEXUALITY IN EDUCATION:  
PROVOKING DISLOCATION AND UNREST

---

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN CAMPO DE LA EDUCACIÓN:  
PROVOCANDO EL DESPLAZAMIENTO Y PREOCUPACIONES

---

*Mareli Eliane Graupe<sup>1</sup>; Geraldo Augusto Locks<sup>2</sup>; Josilaine Antunes Pereira<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este artigo reflete sobre a formação de professores/as, acadêmicos/as de graduação e de pós-graduação na interface gênero e sexualidade. O referencial teórico abarca autores/as das temáticas de gênero, sexualidade, relações raciais e políticas públicas que orientam uma educação equitativa. O curso de extensão foi organizado em quatro módulos e realizado por meio de oficinas. Constatou-se que a formação não tem considerado as respectivas temáticas, gerando deslocamentos e inquietações na prática docente. Identificaram-se lacunas destas questões nos projetos pedagógicos, currículos, planos de ensino e nos cursos de licenciatura. A construção de uma educação para relações equitativas de gênero pressupõe a inserção dessas temáticas nos documentos e nas práticas docentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Gênero. Sexualidade. Políticas Públicas.

### ABSTRACT

This text reflects on training of academic, undergraduate and graduate teachers about the interface with gender and sexuality. The theoretical framework includes authors on gender, sexuality, race relations and public policies guiding towards an equitable education. A course for teachers was organized in four modules and conducted through workshops. It was observed that the training had not considered relevant issues generating displacement and unrest in the teaching practice. Gaps were identified on these issues in educational projects, curricula, teaching plans and degree courses. Construction of an education for equitable gender relations requires the inclusion of these themes in the documents and teaching practices.

**KEYWORDS:** Education. Gender. Sexuality. Public policy.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação e Cultura - Universidade de Osnabrueck, Alemanha, revalidação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria - RS - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC-SC). Lages - SC – Brasil.

**E-mail:** [mareligraupe@hotmail.com](mailto:mareligraupe@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSM). Santa Maria - RS – Brasil. Docente Pesquisador do PPGE - Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC-SC). Lages - SC – Brasil.

**E-mail:** [geraldolocks@gmail.com](mailto:geraldolocks@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Educação - Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC-SC). Lages - SC - Brasil. Professora na Universidade do Planalto Catarinense Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC-SC). Lages - SC - Brasil.

**E-mail:** [antunesjo@hotmail.com](mailto:antunesjo@hotmail.com)

**Submetido em:** 28/09/2016 - **Aceito em:** 04/05/2018

**RESUMEN**

En este artículo se reflexiona sobre la formación de los profesores, académicos de los estudios de grado y postgrado en la interfaz de género y la sexualidad. El marco teórico que incluye autores de género, sexualidad, relaciones raciales y políticas públicas que orientan una educación equitativa. El curso de extensión se organiza en cuatro módulos y llevó a cabo a través de talleres. Se encontró que la formación no ha tenido en cuenta las cuestiones relevantes, generando el desplazamiento y los disturbios en la práctica docente. Dificultades se identificaron en proyectos educativos, programas de estudio, planes de enseñanza y cursos de grado. La construcción de una educación para las relaciones equitativas de género requiere la inclusión de estos temas en los documentos y las prácticas de enseñanza.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Género. Sexualidad. Políticas públicas.

**1 APRESENTAÇÃO**

Este artigo faz uma reflexão acerca de descolamentos e inquietações vivenciados no debate das temáticas de educação, gênero, sexualidade e relações raciais em um curso de extensão, realizado nos meses de outubro e novembro de 2013 em uma universidade comunitária: O texto apresenta-se dividido em três partes. A primeira consiste na descrição do contexto sócio-histórico no qual se encontra inserida a universidade, desde as origens da região até a atualidade. Na segunda parte fazemos uma apresentação do curso de extensão, começando pelo público-alvo, passando pela descrição da configuração de cada módulo até a exposição de algumas impressões que se evidenciaram no decorrer do percurso formativo. Já na terceira parte do texto apresentamos uma análise dos resultados e dos impactos gerados pelo curso junto às/aos participantes e à própria Universidade.

*Contexto sócio-histórico da pesquisa*

A universidade está situada na região sul do Brasil, em uma cidade de aproximadamente 157.000 habitantes, cuja origem remonta ao século XVIII quando seu território geográfico serviu de passagem para o Caminho das Tropas, transportando mueres e alimentos do Rio Grande do Sul para as Minas Gerais – isso em pleno ciclo da exploração do Ouro no período do Brasil ainda colônia de Portugal.

Convém destacar, na configuração das relações de poder, uma questão que moldura o cenário do subdesenvolvimento e o desenvolvimento desse território. É que, não sendo diferentes de outras regiões do país, se forjou uma sociedade patriarcal. Para Castells:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo” (CASTELLS, 2000, p. 169).

Este mesmo autor demonstra que o enraizamento do patriarcado está na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie. Dito de outra maneira, no processo de socialização do sujeito na família vai-se reproduzindo o sistema patriarcal disseminado em toda a sociedade da qual a família é uma parte dessa totalidade.

Em Lages e região o patriarcado é a base das relações e interações sociais. A violência de gênero contra a mulher é um marcador social na contemporaneidade dessa sociedade. A superação das relações assimétricas de gênero parece não ser uma “revolução de veludo”, como afirma Castells, pois na contradição, movimentos e organizações de mulheres encontram a reação do poder masculino. Um dado que possivelmente pode ser identificado como ponta do *iceberg*, é o fato de que as mulheres já não aceitam permanecer à margem do desenvolvimento socioeconômico regional, como historicamente ocorria. Na verdade se estiveram inseridas foram invisibilizadas. Afinal, não se pode perder de vista que o poder patriarcal se expressa na macro e microfísica das relações nos espaços públicos e privados.

As relações de poder tiveram historicamente diferentes configurações. No período da proclamação da República, por exemplo, o agregado ou peão de fazenda reconhecia como autoridade o proprietário – senhor de terras, gados e de “gente”. Esse fenômeno costuma ser denominado *mandonismo*, isto é, o proprietário da grande fazenda detém um poder de mando sobre seus dependentes, a família, agregados e peões e, por extensão, sobre a população local e até regional. Nesse contexto é que se insere a instituição de ensino. Embora existindo há mais de 50 anos, passou para a condição de universidade há 18. Hoje, sua área de abrangência é a região serrana de Santa Catarina, constituída por dezoito municípios. Tem como missão ser uma universidade comunitária promotora de formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio de ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional (UNIPLAC, PDI, 2009). Convém ressaltar que apesar da temática de educação e diversidade estar contemplada perifericamente em alguns cursos de graduação nessa universidade, é a primeira vez que esse objeto de estudo foi oferecido a um público mais amplo e diversificado na modalidade de extensão<sup>4</sup>.

No horizonte do contexto que expomos acima é que entendemos a importância do estudo sobre gênero, sexualidade e relações raciais no sentido de disseminar uma cultura de enfrentamento a todas as formas de violências e de garantia dos direitos humanos para as mulheres.

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre curricularização da extensão: IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. Disponível online em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101\\_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y); Acesso em: 04/09/2016.

## 2 DESCRIÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

O curso foi organizado e ministrado por professores/as do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação identificados com o campo de estudos a respeito de sexualidades, gênero e relações raciais. A iniciativa partiu da articulação de um projeto interinstitucional com duas universidades federais, uma universidade comunitária e o Grupo de Pesquisa da instituição sobre a temática de gênero. Foram oferecidas 25 vagas, preenchidas por professores/as da universidade, da rede municipal e estadual de educação além de alunos/as da pós-graduação e da graduação. A justificativa e relevância do curso emergiram das lacunas de conhecimento no campo dos estudos da educação, gênero e sexualidade nos processos formativos iniciais ou continuados de professores/as e o seu respectivo engajamento social e acadêmico, seja na atuação em âmbito de ensino superior seja no âmbito das redes públicas de educação básica.

O objetivo geral do curso foi contribuir no enfrentamento de todas as formas de discriminação e na constituição de uma cultura dos direitos humanos, por meio da educação, compreendendo que educar para a diversidade não significa apenas reconhecer as diferenças, mas refletir sobre as relações e os direitos de todos/as. Também foi objetivo problematizar a maneira como os currículos e as práticas educacionais atuam na produção e na reprodução das relações de gênero socialmente construídas, pautando-se nas correlações desiguais de poder. Além disso, considerou-se importante refletir sobre a cultura da violência, especialmente na constituição das masculinidades que geram comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos.

Do ponto de vista metodológico o curso de extensão foi realizado por meio de oficinas nas quais se privilegiou a discussão de textos, apresentação de vídeos, músicas, trabalhos em pequenos grupos e o intercâmbio de vivências e experiências entre as/os participantes a respeito das temáticas. O curso foi organizado em quatro módulos: o primeiro focou a temática de gênero e educação; o segundo considerou a discussão sobre gênero e relações étnico-raciais; o terceiro refletiu acerca dos direitos humanos, gênero e diversidade; o último problematizou o tema da sexualidade e da orientação sexual.

O primeiro módulo iniciou com a apresentação das/os participantes e coordenadoras/es por meio da entrevista. Após a realização das entrevistas em duplas, uma participante apresentou a outra, revelando seu nome, procedência, estado civil, identidade religiosa, ocupação profissional, familiaridade com a temática e expectativas em relação ao curso. Pode-se enfatizar antecipadamente, neste primeiro momento do curso, a predominância do desejo coletivo de familiarização e aprofundamento na temática. Na sequência foram apresentadas imagens de pessoas cisgêneras e transgêneras que são veiculadas frequentemente na mídia brasileira, acompanhadas da discussão sobre o que significaria ser homem e o que significaria ser mulher. Também foram discutidas categorias

consideradas fundamentais para orientar o debate, tais como gênero, sexualidade, preconceito, cultura, etnocentrismo, estigmas, estereótipos, discriminação e estranhamento, especialmente a partir de autores como Geertz (2008), Rocha (1988) e Velho (2004). O princípio epistemológico e metodológico do relativismo cultural, clássico na construção do conhecimento antropológico, foi amplamente debatido. Seguiu-se a apresentação de um documentário com o objetivo de exercitar o processo de desnaturalização de conceitos, valores, princípios e visão de mundo, com ênfase nos seguintes termos: feminismo, gênero e sexo, identidade, identidade de gênero, gênero e educação. As principais autoras/es abordadas sobre a temática de gênero foram Scott (1995, 2002), Louro (1997, 2000), Grossi (2010), Butler (2003) e Auad (2003).

Esse primeiro encontro foi importante para problematizar as categorias de análise, buscando desconstruir e ressignificar conceitos e pré-conceitos referentes às questões que envolvem as construções sociais e culturais a respeito do que significa ser homem e ser mulher na contemporaneidade.

Constatou-se que a maioria das participantes se sentiram deslocadas, inquietas, especialmente com a discussão sobre pessoas cisgêneras e trans<sup>5</sup>, ao mesmo tempo em que manifestaram interesse e pré-disposição de se engajar na luta pela construção de uma educação equitativa especialmente para as pessoas LGBT.

No segundo módulo trabalhou-se a temática de gênero e relações raciais. Foi necessário considerar esse item em razão da sua importância para a universidade, tendo em vista a formação de seus docentes e demais participantes do curso de extensão. A razão maior de inclusão dessa temática residiu no fato de a universidade, em meados do segundo semestre de 2013, por meio de Resolução nº 114/2013, ter tornado obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-Raciais em todas as estruturas curriculares dos cursos de graduação. Especificamente para os cursos de Licenciatura a inclusão deveria ser efetivada nos conteúdos e/ou nas atividades desenvolvidas na disciplina de *Cultura, Diferença e Educação*. Obviamente que a resolução não se revestia apenas de um capricho ou zelo da universidade pela temática, senão que buscava cumprir uma exigência superior, através da Resolução do CNE/CP nº 1, de 17/06/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Dito com outras palavras, constatou-se que a obrigatoriedade da inclusão da temática não estava garantindo a sua inserção na prática docente, pois havia um grupo de docentes que se opunha a essa política educacional cuja lei possui abrangência nacional.

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre o conceito de Cisgênero e transgênero, ver: JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: Autor, 2012

De fato, o descumprimento da legislação já alcançava praticamente uma década em que essas Diretrizes estavam colocadas entre os critérios de planejamento, execução e avaliação da educação no ensino superior brasileiro. Entre outros objetivos, as Diretrizes da Educação das Relações Étnico-Raciais buscam promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, contribuindo na construção de relações raciais democráticas. Também busca uma educação antirracista, uma consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e direitos assim como ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

Neste módulo foram abordados os princípios contidos na Resolução do CNE/CP nº 1, de 17/06/2004, bem como nas Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais (2006) e suas implicações para uma educação e uma sociedade democráticas. Ainda que o Brasil seja internacionalmente reconhecido como o segundo país do mundo com maior contingente de população negra, os participantes do curso demonstraram que quando se faz referência à Educação das Relações Étnico-raciais o foco estaria exclusivamente nos descendentes africanos. Ocorre que a sociedade brasileira é multiétnica e pluricultural em sua constituição e desenvolvimento. Essa visão reduzida permite cair-se na armadilha de identificar a sociedade como sendo exclusivamente constituída de brancos. A Resolução para a Educação das Relações Étnico-Raciais enfatiza sobremaneira os povos indígenas, os afros/quilombolas e os ciganos, precisamente os grupos étnicos que historicamente têm sofrido preconceito, estereótipos e discriminação social pela sociedade e também por parte das políticas públicas promovidas pelo Estado.

Ainda nesse módulo, foi apresentado o documentário “Herança da Serra”<sup>6</sup>, produzido pela maior rede de televisão de Santa Catarina, a fim de que as/os participantes identificassem a riqueza da diversidade étnica presente no Planalto Serrano, como povos indígenas (extintos), luso-brasileiros, descendentes de portugueses, alemães, italianos, japoneses, sírio-libaneses e lituanos. Fato notável também foi a importância do debate conceitual em torno de etnia, grupo étnico, raça, racialização, racismo, surgidos no contexto da temática da Educação das Relações Étnico-Raciais. Essas categorias foram compreendidas como estruturantes nesse campo do conhecimento, sendo indispensáveis para o sujeito situar-se em sua sociedade e reconhecer a diversidade cultural. Nesse particular as principais referências teóricas foram Gomes (1995) Munanga (2004, 1994); Cashmore (2000); Brasil (2006). Diante das leituras de textos e dos debates ocorridos neste módulo foi visível o ambiente de inquietação dos/as participantes. A desestruturação cognitiva é um fenômeno psicossocial que nem sempre é identificado nos processos de ensino-aprendizagem. Entretanto, expressões corporais, indagações recorrentes,

---

<sup>6</sup> RBS TV. Herança/ Heritage - DOC. You Tube. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion>. Acesso em: 05/05/2016.

ansiedades mescladas com sentimentos de satisfação, pré-disposições para avançar na discussão temática, são indicativos de que deslocamentos conceituais, valores, ressignificações de conceitos encontravam-se em desenvolvimento.

O terceiro módulo centrou-se na diversidade cultural tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O primeiro passo foi um exercício analítico e crítico tendo como parâmetro de análise as categorias gênero e diversidade. Observou-se que a Declaração é datada com história e contexto na qual foi engendrada. O conceito de ser humano, como afirma o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM<sup>7</sup>), “encontrava-se em grande medida limitado ao do macho, ocidental, branco, adulto, heterossexual e dono de um patrimônio” (DDHG, 1998, p.1).

A perspectiva epistemológica contemporânea de educação, gênero e sexualidade impõe a necessidade de explicitar diferenças, singularidades, diversidades e a complexidade das relações sociais, da construção e expressão dos sujeitos na vida social. Nesse sentido, foi importante conhecer os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, numa perspectiva de gênero, elaborado pelo CLADEM em função da comemoração do cinquentenário da Declaração de 1948<sup>8</sup>. Ficou evidente para as/os cursistas que os estudos acerca das diferentes expressões da diversidade humana devem ter por base a educação em direitos humanos. Uma sociedade democrática é uma sociedade de direitos, um Estado de direito para todas/os. Considerando também as mudanças que ocorrem contemporaneamente no campo religioso, um documentário sobre a diversidade religiosa<sup>9</sup> no mundo e no Brasil contribui para aprofundar a reflexão deste módulo do curso.

No último módulo foram trabalhados os temas da sexualidade e da orientação sexual. O grupo participante foi desafiado a perceber diversidades e potencialidades de artistas de rua (negros, afrodescendentes e indígenas) atuando em diversos lugares do mundo. Apresentou-se a produção audiovisual “Stand by me” (Coming Soon). Em seguida, a oficina<sup>10</sup> leu a história de Teddy, no texto intitulado “Você pode fazer a diferença”. A ideia dela foi refletir sobre a responsabilidade da atuação docente no enfrentamento de

---

<sup>7</sup>O CLADEM é uma rede feminista que trabalha para contribuir à plena vigência dos direitos das mulheres na América Latina e Caribe, utilizando o direito como um instrumento de mudança. Conta com status consultivo na Categoria II perante as Nações Unidas desde 1995 e goza de reconhecimento para participar nas atividades da OEA desde 2002. Disponível em

[http://www.cladem.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=488&Itemid=246](http://www.cladem.org/index.php?option=com_content&view=article&id=488&Itemid=246).

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cladem.htm>. Acesso em: 03.05.2015.

<sup>9</sup> Trabalhamos com o documentário “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos no Brasil”. Disponível em: [http://www.dailymotion.com/video/xkmdp2\\_diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-no-brasil\\_people](http://www.dailymotion.com/video/xkmdp2_diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-no-brasil_people); Acesso em: 20.05.2016.

<sup>10</sup> Professora doutora em Antropologia, ligada ao grupo de estudos de gênero da universidade e de outra universidade federal.

violências homofóbicas. Para isso, vinculou a história de Teddy (que é discriminado por sua condição socioeconômica) às discriminações que são promovidas pela orientação sexual não heteronormativa e as identidades trans de estudantes nas escolas e nas universidades.

Para perceber as diversas diferenças das/os participantes, realizou-se a dinâmica “Corpo cultural” tendo como foco as questões de gênero. Com a participação escrita e oral de todas/os presentes, a diversidade foi se colocando no coletivo e muitas violências de gênero foram se revelando na história dos sujeitos. Foi curioso ver como, aos poucos, o grupo se envolveu na atividade proposta de forma centrada, interessada e curiosa. Nessa oficina foi possível constatar o quanto pode ser eficaz a estratégia de conhecer situações reais, histórias de vida, antes da apresentação de teorias. Em um dado momento, houve a abordagem acerca da orientação sexual e da homofobia. Esta foi definida como sendo rejeição, aversão, medo ou ódio irracional a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Buscou-se fazer com que todos/as percebessem que através dessas formas diferentes de violência são marcadas as fronteiras de uma ordem sexual e social pensada como natural (BORRILLO, 2001).

Retomando o foco sobre a metodologia usada, pode-se afirmar que a oficina pedagógica proporcionou a construção de conhecimentos com ênfase na ação, na interação e no diálogo. Além disso buscou integrar teoria e prática desencadeando a análise da realidade em que os sujeitos estavam inseridos e o intercâmbio de experiências e vivências. Vieira e Volquind (2002, p. 11) conceituam oficina como sendo “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”. A oficina pedagógica possibilita a vivência de situações concretas e significativas, pois possui como base o tripé sentir-pensar-agir. Essa metodologia prevê apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos de forma ativa e reflexiva mediados pelo diálogo.

O papel do/a coordenador/a da oficina não é simplesmente ensinar o que sabe e transmitir conhecimentos, mas oportunizar o que as/os alunas/os necessitam saber sobre o tema a ser trabalhado, ou seja, esta é uma abordagem centrada no aprendiz e no processo de ensino e aprendizagem e não no/a coordenador/a. Desse modo, a construção de saberes, a reflexão e discussão, as ações relacionadas decorrem principalmente do conhecimento prévio, das habilidades, dos interesses, das necessidades, dos valores e julgamentos dos envolvidos nesse processo pedagógico.

A prática educativa é complexa, pois no processo de ensino e aprendizagem surgem questões de ordem afetiva, emocional, cognitiva, física e de relação pessoal. Mesmo que o/a coordenador/a tenha planejado a oficina em detalhes terá de estar preparado/a para a resolução de imprevistos que poderão surgir. Neste contexto, é possível, outrossim,



identificar os “imponderáveis da vida real” (MALINOSWKI, 1984), ou seja, atitudes, expressões não verbais, tom dos discursos, linguagem corporal, silenciamentos, simpatias ou aversões momentâneas, reveladores e marcadores do modo de pensar, dizer e fazer dos/as participantes.

O referencial teórico utilizado no curso de extensão abrangeu, entre outras/os autoras/es, Scott (1995); Butler (2003); Grossi (2010); Louro (2002), Borrillo (2001). Para o debate sobre gênero utilizou-se como referência teórica uma das autoras clássicas mais lidas na América Latina, a Joan Scott, para quem:

A definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e (2) no gênero é uma forma primária de significar às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Com a finalidade de esclarecer as categorias de gênero, sexo e sexualidade recorreu-se a Grossi que afirma:

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo (GROSSI, 2010, p. 5).

A temática da sexualidade é entendida como uma construção histórica e cultural que articula comportamentos, linguagens, crenças, desejos, posturas sobre os corpos e as maneiras sobre como as pessoas vivem os seus prazeres. Segundo Grossi, “a sexualidade – isto é, as práticas eróticas humanas – é também culturalmente determinada” (GROSSI, 2010, p.9).

A manifestação da sexualidade está presente em todo tempo e espaço nas relações sociais. Durante a realização das oficinas do curso de extensão foi possível observar que muitas/os participantes preferiam ignorar, ocultar ou reprimir assuntos relacionados à temática da sexualidade, especialmente sobre homossexualidade, baseados na ideia de que era assunto para ser discutido no contexto familiar, ou seja, o tema da sexualidade ainda continua sendo um tabu a ser superado. Igualmente muitas professoras demonstraram que ser heterossexual seria “ser normal” e, especialmente, com o aporte teórico de Butler (2003) trabalhamos na desconstrução dessa ideia.

A heteronormatividade é a matriz heterossexual imposta aos indivíduos da sociedade, e não é natural, mas sim “imaginária” – já que nem sempre acontece como nos casos de homossexualidade e de transgêneros (BUTLER, 2003). A heteronormatividade, isto é, a reiteração da norma sexo/gênero/desejo se constitui na regulação do gênero como

forma de manter a ordem heterossexual. Ou seja, as práticas sexuais ditas não normais colocam em xeque a estabilidade do gênero na definição do que é ou não "normal" e por isso possível em termos de sexualidade e de uma vida inteligível.

A escola, o currículo formal e o oculto são fatores determinantes na construção das diferenças e das identidades de gênero e sexuais dos/as jovens adolescentes. O currículo é "todo um sistema de comportamento e de valores (...) todo o tipo de aprendizagens e de ausências que os alunos obtêm como consequência de estarem sendo escolarizados", toda e qualquer "experiência vivida pelo aluno" (SACRISTÁN, 1995, págs. 86 e 88). Portanto, também é importante problematizar a ideia de que a escola normatiza, "fabrica" sujeitos, reproduz preconceitos, estereótipos e estimula valores sexistas, racistas e heterossexuais no cotidiano escolar. Entretanto, por outro lado, ela deve apontar espaços e possibilidades para a desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação em relação aos sujeitos que são considerados como "diferentes", pois ser diferente não significa ser anormal.

Gênero é entendido como uma categoria relacional que permite a organização social das diferenças entre os sexos. As questões de gênero não se referem, essencialmente, a um ou outro sexo, mas às relações que são construídas entre eles, imbricadas às relações de poder. É pertinente questionar o que se tem percebido como diferenças entre homens e mulheres. Essas diferenças não são "naturais", nem "essenciais", mas construídas por um conjunto de elementos, entre os quais estão as "verdades" que as escolas, as igrejas, as famílias e tantas outras instituições da sociedade ensinam. Tais "verdades" podem ser questionadas e desconstruídas. No entanto, questionar e desconstruir não significa destruir tudo aquilo que já foi edificado sobre os sexos. "O mais importante é lembrar que ser diferente não é ser desigual" (AUAD, 2003, p. 59).

Com a incorporação do gênero como categoria analítica, tem-se procurado demonstrar que os comportamentos ou valores que são aceitos em uma sociedade, num determinado momento histórico, podem ser rejeitados em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto para entender essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise. A heterossexualidade é concebida, por exemplo, como "natural", "normal", pressupondo que todos tenham uma inclinação para escolher como objeto de desejo alguém do sexo oposto. Consequentemente, todas as outras formas de sexualidade são consideradas antinaturais, anormais.

Ao longo da história, a escola se preocupou em disciplinar e normalizar os sujeitos e, mesmo negando seu interesse sobre a sexualidade, disso se ocupou. As instituições

escolares se constituíram como uma das agências privilegiadas de formação das identidades de gênero e sexuais, com regulamentos que separavam, ordenavam e normalizavam cada um/a e a todas/os. Mesmo afirmando que a dimensão da sexualidade dos sujeitos era prioridade da família, as escolas preocuparam-se vigiando diariamente a sexualidade dos meninos e das meninas. Até o final da década de 1960 as escolas, assim como as igrejas, separavam espacialmente, mulheres à esquerda e homens à direita. Ora, é sabida a interpretação bíblica, na tradição judaico-cristã, do que significava estar “à direita ou à esquerda da divindade”. Os localizados à esquerda eram condenados; os da direita, salvos.

As escolas podem contribuir no desvelamento de expectativas diferentes para as/os alunas/os segundo o sexo, como também questionar visões preconceituosas sobre o desempenho intelectual, os projetos de vida e as perspectivas de trabalho de cada sexo. É imprescindível estimular o desenvolvimento dos potenciais de cada um, independentemente de sexo, cor, etnia ou classe social. As/os professoras/es são profissionais muito importantes para criar essa educação e essa sociedade em que mulheres e homens finalmente teriam os mesmos direitos na prática social; afinal, em termos legais, já se tem conquistado muitos direitos. Mas infelizmente ainda circulam, nos discursos acerca da mulher, muitos preconceitos que propagam sua inferioridade.

É preciso ouvir e dialogar, refletir e redefinir a prática pedagógica, tornando-a mais coerente com as opções educativas declaradas pelo corpo docente e, também, para conhecer a situação de vida dos/as alunos/as e compreender um pouco do que influencia seus modos de agir na escola. O estudo de gênero possibilita entender que nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias diferentes e específicas e, também, que existem muitas formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade. O estudo se faz importante porque enfatiza essa pluralidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e mentes femininos e masculinos. Estudar gênero, entretanto, não significa apenas considerar o olhar sobre as mulheres, mas sim privilegiar as relações de poder entre homens e mulheres e as diversas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero”. Importante é que o tema da igualdade de gênero esteja nos projetos político-pedagógicos, nos planos de ensino e, principalmente, nas discussões sobre as estruturas de poder na escolha de conteúdos e métodos de ensino, nas atividades de lazer, no desenvolvimento social e cognitivo das/os sujeitos aprendizes. Desse modo, como observa Louro (2002, p. 229), “gênero pode ser, pois um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais”.

Uma vez que a maioria dos/as participantes do curso são profissionais do campo da Educação Básica, torna-se relevante refletir sobre o papel da escola na discussão de gênero e diversidade no cotidiano escolar. A escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, uma vez que, como parte

de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia, classe no seu cotidiano escolar. Quando se discute gênero e sexualidade não se pode ignorar as situações de violência no cenário da educação. A temática da violência é um problema social que está presente dentro e fora das escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo. Com a discussão sobre as diferentes formas de violências busca-se discutir o papel da educação na produção das desigualdades.

A proposta de trabalhar gênero e sexualidade nas escolas pressupõe reconhecer a existência de diferenças entre docentes e discentes, mas não fazer dessa diferença um motivo para podar potencialidades e impedir que as/os discentes se desenvolvam plenamente. É importante que os profissionais da educação recebam uma formação que os proporcione a construção de ferramentas de conhecimento teórico-metodológicas para trabalharem com a diversidade que se encontra nas salas de aula. Ou seja, subsidiá-los para que possam oferecer às/aos alunas/os uma educação que não somente considere as suas origens, dificuldades e necessidades (e que não seja apenas de caráter compensatório), mas que busque tratar a cada um/a procurando estimular o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.

A realização de oficinas, especialmente os diálogos com as/os participantes do curso de extensão nos indicou que ainda há despreparo e insegurança das/os profissionais de educação, que carecem de informações sobre os temas, visto que não tiveram formação específica anterior. Algumas/ns nem mesmo possuem referenciais que os encoragem para se posicionarem, como por exemplo, a respeito da sexualidade, da homofobia perante algumas famílias tradicionais que consideram que esses temas não deveriam ser abordados pela escola. Além disso, os aspectos culturais, inerentes à formação de cada indivíduo, podem influenciar e/ou dificultar a abordagem da sexualidade e do gênero nas escolas.

Convém ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pretendem ser um referencial, uma proposta aberta e flexível que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares. Nesses documentos, os temas sobre sexualidade, gênero e violência estão contemplados, portanto as/os professoras/es das escolas possuem um respaldo para justificar a importância e a necessidade de trabalhar essas questões com suas/seus alunas/os.

Enfim, a abordagem dessas temáticas por meio de oficinas, a exemplo da relatada neste artigo, podem proporcionar a desconstrução e re-construção das regras e normas necessárias para a convivência entre os diferentes, sem preconceitos e sem estereótipos e discriminações. Trabalhá-las no campo educacional permite vislumbrar que a educação pode contribuir na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária para todas/os. Considerar o viés de gênero, no campo educacional possibilita desmistificar muitos dos

discursos existentes sobre o que é considerado como “normal” para cada gênero. Também significa compreender que os discursos são produtores de subjetividades e que incluem ou excluem, aprovam ou marginalizam sujeitos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O curso de extensão “Educação, Gênero e Diversidade” mostrou-se extremamente relevante por pelo menos três razões, para além do que podemos constatar na avaliação realizada pelas/os participantes, nas seguintes expressões: “nunca havia estudado este tema”, “precisamos realizar outras oficinas como esta”, “as metodologias foram muito atrativas e proporcionaram nossa participação”, “vou levar muitos conhecimentos para minha sala de aula”, “outros colegas professores deveriam estar fazendo este curso”, “tivemos oportunidade de trocar muitas experiências”. A primeira razão está relacionada aos/às próprios/as participantes que constatarem uma temática nova para uns e motivo de aprofundamento para outros. Distinguir e esclarecer conceitos, compartilhar vivências relacionadas à construção e desconstrução de identidade de gênero, foi um dos destaques evidenciados. O sentimento de que permanecem lacunas de conhecimento é percebido positivamente. O acerto na metodologia ao realizar um curso de extensão por meio de oficinas e a vontade de disseminar o conhecimento na escola e buscar novos aliados profissionais para este campo de estudo indicam a importância da proposição desse curso de extensão. A segunda razão está no fato de que a universidade possibilitou a participação de um público mais amplo e diverso, a partir do que diferentes olhares puderam se cruzar e permitir um exercício multidisciplinar acerca da temática “Educação, Gênero e Diversidade”. Assim, o tema transcendeu a compartimentalização realizada num determinado curso ou disciplina – em que pese ainda permanecer o desafio da universidade incorporar no seu tripé ensino, pesquisa e extensão essa discussão preconizada nos marcos legais da educação para o ensino superior no país. E a terceira razão para a relevância do curso pode ser conferida na repercussão do curso no interior da universidade e nos diferentes contextos sociais e culturais nos quais atuam os/as participantes. O que não pode ser subestimado, pois as relações de gênero estão presentes em qualquer grupo social, tais como na família, na escola, na comunidade, na igreja, na associação de bairro, bem como em diferentes iniciativas acadêmicas desenvolvidas subsequentes ao curso.

A batalha para continuar ampliando o debate em torno do tema desta extensão – “Educação, Gênero e Diversidade” – deve continuar em diferentes formas e frentes de trabalho. Algumas iniciativas ilustram os efeitos decorrentes da atividade que foi relatada. Por exemplo, foi constituído e certificado na universidade e pelo CNPq o Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL), vinculado à Linha de Pesquisa II do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação: Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade. O foco do GECAL é educação, gênero, sexualidades, políticas públicas e

formação de professoras/es. É relevante dizer ainda que o tema gênero foi curricularizado em uma disciplina obrigatória no mestrado em educação, possibilitando aos/às mestrandas/os conhecimentos básicos sobre essa discussão no campo da educação. Alguns deles/as passaram a pesquisar temáticas como gênero na escola, violências de gênero, sexualidades no contexto escolar, políticas LGBTs, violências contra as mulheres.

Outra forma de dar visibilidade à temática da Educação, Gênero e Diversidade vem ocorrendo por meio de projetos de pesquisa. Seja por projetos como “Mulheres na Engenharia: equidade de gênero”, realizado com a participação de professoras/es e alunas/os de escolas da rede pública estadual, como também pelo projeto interinstitucional Gênero, Educação e Antropologia no Estado de Santa Catarina: políticas públicas de formação com UFSC, UFFS, UNISUL e UNIPLAC, financiado pela FAPESC/CNPq. Inclui-se nesta articulação, outros projetos de pesquisa como, por exemplo, o “Refletindo relações de Gênero” nos processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários com o projeto de extensão e pesquisa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da universidade, financiado pelo CNPq e em desenvolvimento desde o primeiro semestre de 2014.

A temática de gênero e sexualidade passou a ser discutida em diversos cursos de graduação, como nos cursos de Psicologia, Jornalismo, Serviço Social, Direito, História, Química, Biomedicina, Medicina, Administração. Também foram realizados dois minicursos sobre gênero e sexualidades durante o V Congresso de Integração das Licenciaturas, no ano de 2015. Foi notável o debate de gênero, sexualidade e homofobia na semana acadêmica promovida pelos cursos de Psicologia e Jornalismo, no ano de 2016, realizado no formato de programa televisivo estilo *Talk Show*.

Convém apontar ainda que, após a realização da extensão aqui relatada e refletida, a temática de gênero passou a se fazer presente em outras iniciativas de extensão, como é o caso do “Curso de Formação de Lideranças e Gestores Sociais” que a Universidade vem realizando por meio de convênio com a Secretaria de Educação de um município do Estado de Santa Catarina. No Brasil a política pública de assistência social, através do Marco Regulatório que compõe o Sistema de Assistência Social (SUAS), consolidou-se como uma política de Estado. A porta de entrada da assistência à população em situação de vulnerabilidade social ocorre pelos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). A cidade conta com oito deles. Cada CRAS atende a um determinado território constituído por diversos bairros localizados em regiões de periferia da cidade. O curso de “Formação de Lideranças e Gestores Sociais” tem como seu público sujeitos ou lideranças sociais que estabelecem vínculos com a população usuária do CRAS. Além de fortalecer o acesso às diferentes políticas de direitos da população, estes sujeitos têm oportunidade de ter uma

formação também voltada para a educação de gênero, de relações étnico-raciais, à diversidade cultural e aos direitos humanos.

Como síntese, o curso de extensão “Educação, Gênero e Diversidade” realizado na universidade se constituiu num laboratório de ideias, vivências e projetos que estão gerando inúmeras consequências de ordem pessoal, grupal, e societária. A importância da iniciativa evidencia-se quando acontece no bojo de uma universidade e uma sociedade historicamente reprodutoras da desigualdade de gênero, demarcadas por relações sociais etnocêntricas, discriminatórias e excludentes, sexistas, racistas, onde o direito à diferença, à diversidade cultural ainda não foi reconhecido e concretizado. A democracia integral requer uma educação que considere relações equitativas de gêneros e o reconhecimento da pluralidade cultural, bem como a realização e garantia dos direitos humanos na sua integralidade e universalidade.

## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF. MEC/SEF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Documentário: **Diversidade religiosa e direitos humanos no Brasil**”, 2010. disponível em: [http://www.dailymotion.com/video/xkmdp2\\_diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-no-brasil\\_people](http://www.dailymotion.com/video/xkmdp2_diversidade-religiosa-e-direitos-humanos-no-brasil_people) Acesso em: 20. 05.2016.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CLADEM – Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. **Declaração dos Direitos Humanos de uma Perspectiva de Gênero**. Contribuição ao 50º. Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cladem.htm> Acesso: 05/05/2016.

- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. 9. ed. São Paulo, SP: Olho d'Água, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GROSSI, Miriam. **Identidade de gênero e subjetividade**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, PPGAS-UFSC, 1998. (Revisado em 2010).
- IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE**. Disponível online em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101\\_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y); Data de acesso: 04/05/2016.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, DF: Autor, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto, 2000.
- \_\_\_\_\_. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBERHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo, SP: FCC: Ed.34, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Ed. Orig. 1921)
- MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma universidade socialmente relevante**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne\\_alexfiuza.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf); Data de acesso: 04/05/2016.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.
- RBS TV. **Herança/ Heritage** - DOC. You Tube. Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion>. Acesso em: 05/05/2016.



ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense: 1988.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). **Territórios Contestados – o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 82-113, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n. 2, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

UNESCO. **Declaração dos Direitos Humanos desde uma perspectiva de gênero**.

Contribuições ao 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Documento N.º E/CN.4/1998/NGO/3.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/cladem.htm>, Acesso em: 23 de outubro de 2017.

UNIPLAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade do Planalto Catarinense (PDI)**. Lages, 2009.

UNIPLAC. **Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação**. Lages, 2013.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. FLACSO Brasil Área de Estudos sobre a Violência, 2012. Disponível em:

[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf);

Acesso em: 12/05/2016.

---

<sup>i</sup> Revisão gramatical do texto sob a responsabilidade dos autores